Estratégia
CONCURSOS

Aul

Passo Estratégico de Contabilidade Pública p/ MPU (Analista - Planejamento e Orçamento) - 2018

Professor: Luis Kayanoki

1 – Introdução 2
2 – Análise Estatística 4
3 – Análise das Questões 6
4 – Orientações de Estudo (*Checklist*) e Pontos a Destacar 14
5 – Questionário de Revisão somente perguntas 18
6 – Questionário de Revisão somente perguntas 19
7 – Referências Bibliográficas 21

1 – INTRODUÇÃO

E aí concurseiros de plantão, como estão? Espero que bem!

Primeiramente, gostaria de me apresentar, meu nome é Luís Gustavo Moreira Kayanoki, tenho 27 anos. Meu contato com o mundo dos concursos é antigo, acredito que desde antes de eu nascer. Rs.

Meu pai, minha madrinha e meu padrinho são bancários, do antigo Banespa e Caixa Econômica Federal. Atualmente, trabalho no Banco do Brasil atuando no cargo de gerente de relacionamento personalizado. Caso alguém tenha interesse, tenho um vídeo que falo um pouco da minha trajetória no Banco

https://www.youtube.com/watch?v=vbjfe4Htg0E&feature=youtu.be

Tive algumas aprovações que cheguei a ser convocado, todos em cargos de nível médio, que são: Caixa Econômica Federal, SABESP, CETESB, CPTM, CRO-SP, e Banco do Brasil. Mas tive muitas reprovações também, rs.

Eu me formei em contabilidade, através de bolsa integral do PROUNI, pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Voltei a estudar para concursos há uns dois anos

Não tinha interesse em sair do Banco do brasil, mas por algumas situações, decidi que gostaria de algo a mais! No final de 2016, saiu o edital de analista judiciário – área de contabilidade do TRE – SP. Não obtive êxito! Isto me abalou! Mas tinha isto como objetivo, e eu iria conseguir o cargo que eu desejasse! Meu lema é “Nunca desistir, persistir sempre, pois assim você atingirá seus objetivos”

Bom, 2017 foi o ano dos concursos para mim. TRE-PR, TRE-TO, TRE-PE, TRT-CE, TRF-1, TRF-2, TST, se não estou me esquecendo de nenhum. Rs. Tive boas colocações, 4º colocado, 15º duas vezes, mas os tribunais em geral colocam cadastro reserva, 1 ou 2 vagas. Então nenhum deles saberei se serei chamado.

Na verdade, esqueci do último concurso, na verdade deixei ele para o final mesmo. Concurso do TCE-SP, eu prestei para o cargo de agente fiscalização, para a cidade de Registro-SP. E consegui atingir minha melhor colocação, primeiro lugar!! Foi uma satisfação enorme! Foi uma sensação de alívio enorme e de realização! Uma das maiores dificuldades de nós concurseiros é a inteligência emocional de superar as reprovações e sabendo que aprovação virá! Neste vídeo falo um pouco sobre a aprovação no TCE-SP

https://www.youtube.com/watch?v=ei9CICCkjb4&t=75s

Estou aqui para ajudar vocês a encurtar o caminho para a aprovação! Conte comigo para o que precisarem!!

Meu e-mail pessoal é luiskayanoki@gmail.com, fiquem a vontade para qualquer dúvida que tiverem.

Este curso de contabilidade pública será através de uma parceria com o ilustre professor João Maurício. Segue uma curta apresentação do mesmo: João Maurício é Auditor do Estado de São Paulo, bacharel em Direito, tendo sido aprovado e nomeado para os cargos de Analista Previdenciário, Analista em Finanças Públicas, Técnico do TRT-2, TRF-3 e TRE-SP e do Ministério da Fazenda.

E particularmente tenho muito a agradecê-lo! João Maurício foi meu coach que auxiliou a atingir o sucesso no concurso do TCE-SP.

E eu quero muito ter a satisfação de ver vocês aprovados neste concurso ou nos demais, concurseiro faz concurso até passar!!

Este relatório aborda o assunto “Contabilidade Pública: Campo de aplicação, objetos e objetivos; Estágios da receita pública; e Princípios orçamentários”, vamos utilizar o CESPE como referência

Boa leitura!

2 – ANÁLISE ESTATÍSTICA

Com base na análise estatística das assertivas colhidas (por volta de 950!), temos o seguinte resultado para os assuntos que serão tratados neste relatório:

Assunto	% aproximado de cobrança em provas de Analista de Tribunais, MPU e Tribunais de contas, elaborados pelo CESPE
Contabilidade Pública: Campo de aplicação, objetos e objetivos	**2,10%**
Contabilidade Pública: Estágios da receita pública	**1%**
Contabilidade Pública: Princípios orçamentários	**11%**

% cobrança

Com base na tabela acima, é possível verificar que, no contexto das provas da CESPE para o cargo de Analista de Tribunais, MPU e Tribunais de contas, o assunto possui importância baixa, já que foi cobrado em **2,1%** das assertivas. (20/950) Muitas delas já estão desatualizadas e comentaremos apenas as que forem úteis para o aprendizado de vocês.

Considerando, sobretudo, que a Norma (NBC T 16.1) que tratava sobre este assunto foi revogada e não deve ser passível de cobrança. Sendo que alguns pontos serão cobrados na parte da estrutura conceitual aplicada ao setor público. Sobretudo, as informações aqui são importantes para compreendermos algumas características desse ramo da ciência contábil

É importante destacar que os percentuais de cobrança, para cada tema, podem variar bastante. Sendo assim, adotaremos a seguinte classificação quanto à importância dos assuntos:

% de cobrança	Importância do assunto
Até 2%	**Baixa**
De 2% a 3%	**Média**
De 3% a 5%	**Alta**
5% ou mais	**Muito Alta**

Grau de importância de um assunto

Considerando o segundo item, Estágios da receita pública, foram consideradas as questões de AFO também pois usualmente este assunto é cobrado em AFO.

Diga-se de passagem, que AFO e contabilidade pública são assuntos que caminham juntos e complementam um ao outro. Às vezes, consideramos repetitivos tais assuntos, mesmo com 1% de cobrança, é um assunto de fácil entendimento que não podemos dar ao luxo de perder estes pontos caso caia na prova.

Analisando, o item princípios orçamentários, como diz nosso ilustre Sergio Mendes: "Este item DESPENCA em prova!!" Eu selecionei 8 questões que o CESPE cobrou apenas no ano de 2017, mas tinham 16 questões que foram cobradas no ano de 2017. Deu para perceber a importância do tema!!

Conclusão

Assunto número um não devem versar mais em provas de concursos, utilizando a NBC T 16.1 como referência, mas sim a estrutura conceitual.

E o assunto número dois, é importante saber por ser um assunto de fácil entendimento. Numa prova de concurso, nosso objetivo não é gabaritar, mas sim acertar mais do que os outros candidatos! Para isto, precisamos acertar as questões fáceis e as médias! As difíceis vai ser critério de desempate para saber quem serão os primeiros colocados!

Terceiro assunto, sem dúvida o mais importante desta aula!! Com muita leitura e muitos exercícios conseguiremos memorizar todos os princípios e suas exceções!!

3 – ANÁLISE DAS QUESTÕES

1. (2013/TCE-ES/Analista administrativo Ciências Contábeis) A respeito do conceito, do objeto, do objetivo e da atuação da contabilidade governamental e dos sistemas de contas, assinale a opção correta.

a) As estatais dependentes que não constam do orçamento de investimentos, do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social estão relacionadas ao campo de aplicação da contabilidade pública, sujeitando-se às normas previstas nas Leis n.º 4.320/1964 e n.º 6.404/1976.

b) O subsistema de custos contém conta contábil destinada ao controle e ao acompanhamento do custo de cada ação desenvolvida pela administração direta e indireta, pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público.

c) A contabilidade aplicada ao setor público é um ramo independente da ciência contábil, norteado pelos princípios orçamentários, cujos atos e fatos são registrados a partir do orçamento público.

d) O sistema contábil, que contém as movimentações patrimoniais e financeiras realizadas pela entidade pública, é estruturado junto com os subsistemas de informação de orçamento, de custos, de compensação e patrimonial.

e) O objeto de estudo da contabilidade pública é o patrimônio das entidades públicas ou privadas que recebem recursos da fazenda pública para efeito de investimentos. Esses recursos deverão ser convertidos em direitos e bens tangíveis mensuráveis, mas não os intangíveis devido à impossibilidade de mensuração.

GABARITO: C

A assertiva “a” está errada – Estatais dependentes constam no orçamento:

A assertivas “b” está errada – Mesmo não tendo ligação com nossa aula, o erro do item é que o subsistema de custos não contém a referida conta

A assertiva “c” está errada – A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) NÃO é um ramo independente da ciência contábil

A assertivas “d” está correta – Veremos mais adiante, há quatro subsistemas da CASP: Patrimonial, Orçamentário, de Custos e de Compensação

A assertiva “e” está errada – Objeto da CASP é Patrimônio Público

2. (2015/MPU/Analista Apoio administrativo Atuarial) Julgue o item a seguir, acerca do papel do Ministério Público da União (MPU) relativamente ao campo de atuação e objetivo no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público.

Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio

Sabe-se que o objetivo da CASP é Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas e o necessário suporte para instrumentalização do contrato social. E é sabido que o MPU é uma entidade do setor público abrangida pela CASP, logo:

Questão Correta

3. (2015/MPU/Analista Apoio administrativo Atuarial) Julgue o item a seguir, acerca do papel do Ministério Público da União (MPU) relativamente ao campo de atuação e objetivo no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público.

Cabe ao MPU garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social, sendo a ele facultativa a aplicação integral das técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.

Atenção para palavras chaves, neste caso a palavra “facultativa” torna o item incorreto. Pois é obrigatória a aplicação das técnicas próprias da CASP, portanto: Incorreto

4. (2016/TCE-PA/Auditor de controle externo) Acerca de contabilidade pública, julgue o item a seguir.

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é a prestação de contas, aos cidadãos, a respeito da situação patrimonial das entidades públicas.

O objeto da CASP (sempre, sempre, sempre rs) será o patrimônio público, fora isto é errado!! Logo: Item Incorreto

5. (2017/TRE-BA/Analista judiciário – Especialidade Contabilidade) A contabilidade aplicada ao setor público tem como objeto

a) o caixa do setor público.

b) o balanço patrimonial do setor público.

c) a dívida pública.

d) o orçamento público.

e) o patrimônio público.

Déjà Vu O objeto da CASP (sempre, sempre, sempre, sempre rs) será o patrimônio público, fora isto é errado!! Logo: alternativa e

6. (2015/TCE-RN/Inspetor de controle externo) Com relação à contabilidade pública, julgue o item que se segue.

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, que envolve os bens públicos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

Déjà Vu novamente O objeto da CASP (sempre, sempre, sempre, sempre rs) será o patrimônio público, fora isto é errado!! E o Manual de contabilidade aplicada ao setor público classifica os bens públicos desta forma. Portanto: Item Correto

7. (2013/MJ/Contador) A respeito dos princípios de contabilidade, do sistema de contabilidade federal e da conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade governamental, julgue o item subsequente.

O objeto de estudo da contabilidade pública é o patrimônio público consubstanciado no conjunto de bens e direitos, tangíveis e intangíveis, produzidos ou formados, com exceção dos que foram desenvolvidos internamente ou recebidos em doação.

O objeto da CASP (sempre, sempre, sempre, sempre, sempre de novo rs) será o patrimônio público, entretanto os bens desenvolvidos internamente e os bens recebidos em doação estão incluídos no conceito de patrimônio público. Item: errado

8. (2013/STF/Analista Judiciário – Área Administrativa) Julgue o próximo item, relativo à receita pública.

Para efetuar o lançamento de uma receita, o servidor competente para exercer tal atividade deve verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente; confirmar o cálculo do montante devido e identificar o sujeito passivo da obrigação, entre outros.

Nosso ilustre CESPE, coloca algo padrão e muda apenas uma palavra. Trocou "calcular" por "confirmar o cálculo", conforme Manual de contabilidade pública aplicado ao setor público: "O art. 53 da Lei nº 4.320/1964, define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Por sua vez, para o art. 142 do CTN, lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível. Uma vez ocorrido o fato gerador, procede-se ao registro contábil do crédito tributário em favor da fazenda pública em contrapartida a uma variação patrimonial aumentativa."

Logo, Item: Incorreto

9. (2013/MPU/Analista MPU Pericia Contabilidade) No que se refere a demonstrações contábeis e receitas e despesas públicas, julgue o item seguinte.

Somente a receita orçamentária reúne condições de percorrer os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Normalmente, palavras restritivas como "somente" devemos ficar atentos. Aprofundaremos na próxima aula, mas considerando que uma receita extraorçamentária não tem como percorrer o estágio da previsão! Justamente por ser algo não previsível!

Portanto: item correto!

10. (2015/MPU/Apoio técnico administrativo atuarial) Acerca da elaboração da proposta orçamentária e da execução do orçamento, julgue o item subsecutivo, conforme disposições da Lei n.º 4.320/1964.

Qualquer renda com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato é objeto de lançamento.

De acordo com o artigo 52 da lei 4320/64, literalidade "São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato"

Portanto: item correto!

11. (2015/STJ/Apoio especializado Contadoria) No que se refere a programação e execução do orçamento, despesa e receita públicas, julgue o item subsequente.

Se determinado tributo for pago após seu vencimento, a apuração e a aplicação da multa de mora cabível deverão ser feitas durante o estágio do lançamento da receita.

De acordo com o artigo 53 da lei 4320/64, "O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta." Neste estágio é apurado o montante total do débito fiscal a ser inscrito, incluído os juros de mora.

Portanto: item correto!

12. (2017/TRE PE/Analista judiciário especialidade contabilidade) As etapas da receita orçamentária

a) seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.

b) consistem no planejamento das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.

c) dependem do comportamento da série histórica de arrecadação.

d) ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.

e) incluem o empenho, a liquidação e o pagamento.

Alternativa A – Correta, de acordo com MCASP "As etapas da receita orçamentária seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.

Alternativa B – Errada, as etapas de Lançamento, arrecadação e recolhimento pertencem à execução da receita orçamentária e não às etapas de planejamento.

Alternativa C – Errada, apenas a previsão depende do comportamento da série histórica, portanto não são todas que dependem disto

Alternativa D – Errada, nem todas as etapas ocorrem para todas as receitas. Alguma receita que não foi prevista, por exemplo.

Alternativa E – Errada, estas são as fases da despesa pública. Mnemônico - RECEITA (PLAR) DESPESA (FELP)

13 (2017/TCE PE/Auditoria de contas Públicas) Julgue os seguintes item, relativo a conceitos, etapas e estágios das despesas e receitas públicas que devem ser considerados no âmbito do governo do estado de Pernambuco.

No estágio da previsão da receita orçamentária, é verificada a procedência do crédito fiscal.

O Estágio do lançamento que é verificada a procedência do crédito fiscal, e não no estágio da previsão. Logo, item incorreto.

14 (2017/TRT CE/Analista judiciário – Área contabilidade) A etapa da receita orçamentária que compreende a transferência dos valores arrecadados para a conta específica do Tesouro é denominada

a) recolhimento.

b) arrecadação.

c) lançamento.

d) previsão.

Alternativa A – correta, conforme MCASP "É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa"

Alternativa B – Incorreta, conforme MCASP "Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente

Alternativa C – Incorreta, conforme artigo 53 da Lei 4320/64 "lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta"

Alternativa D – Incorreta, conforme MCASP "Compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)."

15 (2017/TRF 1ª região/Analista judiciário – Área administrativa) A respeito dos estágios e da classificação da receita pública, julgue o item.

A etapa em que determinado banco privado transfere à conta específica do Tesouro os valores pagos pelos contribuintes referentes a certo tributo federal corresponde ao estágio de arrecadação da receita pública

Para reforçar a resposta da questão anterior, refere-se a etapa do recolhimento

16. (2017/TRF 1ª região/Analista Judiciário – Área administrativa) Os princípios orçamentários norteiam a elaboração e a execução do orçamento público e são válidos para todos os poderes e todos os níveis de governo. A respeito desses princípios, julgue o item subsequente.

Em decorrência da inconstância na publicação dos instrumentos orçamentários legais, o princípio da publicidade não tem sido formalmente cumprido pela administração pública federal.

Consoante MCASP, item 2.7 – questão totalmente errado, tal princípio tem sido cumprido pela administração pública federal, justamente pelo fato dos instrumentos orçamentários legais serem fixados em lei.

Item: incorreto

17. (2017/TRF 1ª região/Analista Judiciário – Área administrativa) Os princípios orçamentários norteiam a elaboração e a execução do orçamento público e são válidos para todos os poderes e todos os níveis de governo. A respeito desses princípios, julgue o item subsequente.

O princípio da totalidade surgiu em razão da necessidade de se reformular o princípio da unidade, o qual substituiu, tornando possível a elaboração de múltiplos orçamentos, que devem ser consolidados para a apreciação legislativa.

Conforme MCASP, item 2.1 – totalidade e unidade são sinônimos. Há a previsão no artigo 2º da lei 4320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados, com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos.

Item incorreto

18. (2017/TRF 1ª região/Analista Judiciário – Área administrativa) Os princípios orçamentários norteiam a elaboração e a execução do orçamento público e são válidos para todos os poderes e todos os níveis de governo. A respeito desses princípios, julgue o item subsequente.

Os princípios orçamentários surgiram com a necessidade de se estabelecer regras para a instituição orçamentária, e alguns deles foram incorporados à legislação brasileira há mais de cinco décadas. Os princípios surgiram com a lei 4320/64, sendo incluindo a unidade, universalidade e anualidade.

Assim, item correto.

19. (2017/TRF 1ª região/Analista Judiciário – Área administrativa) Os princípios orçamentários norteiam a elaboração e a execução do orçamento público e são válidos para todos os poderes e todos os níveis de governo. A respeito desses princípios, julgue o item subsequente.

A Constituição Federal prevê exceções a alguns princípios orçamentários, entre elas, a autorização para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual.

Conforme CF, em seu parágrafo 8º do artigo 165, é previsto que a AUTORIZAÇÃO para abertura de créditos SUPLEMENTARES na LOA é exceção ao princípio da exclusividade.

Assim, item correto

20. (2017/TCE-PE/Julgamento) A respeito dos fundamentos da gestão financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

O caixa único do Tesouro Nacional destina-se a efetivar o princípio orçamentário da unidade.

O princípio da unidade nos ensina que o Orçamento deve ser uno, ou seja, deve ser elaborado um orçamento para cada ente. Isto não tem relação com o princípio orçamentário da unidade de caixa

Logo, item incorreto.

21. (2017/TCE-PE/Administração) A respeito do ciclo, do processo e dos princípios do orçamento público, julgue o item subsequente.

O tratamento dado aos recursos destinados à educação e à saúde constitui uma exceção ao princípio orçamentário da não vinculação.

O princípio da não afetação é o que mais tem exceções, dentre elas a aplicação de percentuais de recursos destinados à educação e à saúde, previstos na carta magna. Mais adiante, veremos outras exceções

Portanto, correto.

22. (2017/TCE-PE/Auditoria de contas) A respeito de orçamento público, julgue o item a seguir.

Em observância ao princípio da universalidade orçamentária, devem estar reunidos no orçamento estadual todos os recursos que um estado-membro esteja autorizado a arrecadar e todas as dotações necessárias ao custeio de serviços públicos estaduais.

O princípio da universalidade nos ensina que a LOA de cada ente federado deverá conter TODAS (UNIVERSAL) as receitas e despesas de todos os poderes, conforme lei 4320/1964 em seu artigo 2º.

Item correto

23. (2017/TCE-PE/Auditoria de contas públicas) A respeito de orçamento público, julgue o item a seguir.

Dado o princípio da anualidade orçamentária, os orçamentos públicos das diversas esferas de governo devem ter vigência de um exercício financeiro e coincidir com o ano civil.

Anualidade relaciona-se ao tempo de previsão de receitas e despesas. Mas, em nenhuma legislação é previsto que deve coincidir com o ano civil. Atualmente, os orçamentos possuem um exercício financeiro que coincide com o ano civil

Item incorreto

4 – ORIENTAÇÕES DE ESTUDO

Pessoal, aqui cabe lembrar novamente que a NBC T 16.1 foi revogada com isto não deve ser aspecto de cobrança em futuros editais, exceto no que tange a parte da estrutura conceitual. E, também. serve como parâmetro para compreensão da Contabilidade Pública aplicada ao setor público.

Conceito da contabilidade aplicada ao setor público:

É o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público

Campo de aplicação, segundo estrutura conceitual:

Obrigatório

- Engloba órgãos/entidades que estão inclusos no orçamento fiscal e seguridade social

  a) Governos nacional, estaduais, e distrital (todos os poderes, Tribunal de contas, Defensoria e Ministério Público)

  b) Órgãos, secretarias, autarquias, fundações, (instituídas e mantidas pelo poder público)

  c) Fundos, consórcios públicos, Estatais DEPENDENTES

Facultativo

- Estatais INDEPENDENTES

Muita atenção para estatal dependente ou independente no campo de aplicação!! Pegadinha clássica!!!!

Para quem começou a estudar para contabilidade depois de 2016, pule este parágrafo! Mas para os mais antigos, a classificação era outra: Integralmente e parcialmente (esqueçam isto!)

Objeto: Patrimônio Público. Não caia nas pegadinhas que as bancas adoram! Simples, objeto da contabilidade é patrimônio público! Definição de patrimônio público:

- conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público,

que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações

Objetivos: fornecer informações sobre a entidade do setor público que são **úteis** aos usuários dos Relatórios Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Lembrando sempre que os RCPGs não são elaborados para atender uma necessidade especifica, mas sim para atender às necessidades dos usuários em geral.

Etapas da receita pública

Bom, começo já sendo direto – Guarde o mnemônico (PLAR)! Previsão, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento!! Guarde bem estas fases!

Guarde também que há duas fases: Planejamento e execução. Planejamento é a etapa da previsão. Execução são as outras três etapas (Lançamento, arrecadação e recolhimento)

Questões gostam de embaralhar as fases e os conceitos delas! Então fiquem atentos:

- Previsão – O conceito está previsto no MCASP "Compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)". Lembrando que a previsão de receitas antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento. É preciso saber quanto vamos receber, para saber quanto vamos gastar!!

- Lançamento - O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Sabe-se também que São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato

- Arrecadação – É quando o devedor entrega o dinheiro no banco, basicamente. E algo importante é o que consta no artigo 35 da lei 4320/64, "pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas", ou seja a receita só pertence ao exercício quando arrecadadas, utilizando o principio de caixa

- Recolhimento – É o procedimento de transferência do valor arrecadado à conta especifica do tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observado o princípio da unidade de caixa.

Princípios orçamentários

O que é importante saber sobre os princípios orçamentários? Saber o conceito de cada um, e também as exceções! Tentar associar as palavras a outras que remetem ao significado!

Universalidade - A palavra que podemos utilizar para memorizar é UNIVERSAL, ou seja, o orçamento deve conter TODAS as receitas e as despesas. Exceções deste princípio:

- Ingressos extraorçamentários (se é algo inesperado, algo extraorçamentário, então não tem como prever no orçamento algo inesperado)
- Receitas e despesas operacionais de estatais independentes.
- Cobrança de tributo se houver sido cobrado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro
- **Já foi cobrado em prova que as exceções ao princípio da universalidade são no tocante às previsões de receitas, não em relação às fixações de despesas**

Unidade – Lembra do que? UNO!! Orçamento deve ser UNO!! Um orçamento por exercício. Não é permitida a criação de orçamentos paralelos. Guarde que cada ente federado possui um orçamento, isto não fere o princípio da unidade. Exceção deste princípio – Administração indireta com autonomia financeira, apenas os investimentos devem estar na LOA

Exclusividade – Exclusivo.. A LOA não pode ter conter dispositivo estranho à fixação das despesas e previsão das receitas, em outras palavras, só pode ter, exclusivamente, previsão de receita e fixação de despesa. Exceções:

- AUTORIZAÇÃO para abertura de crédito SUPLEMENTAR (Galera, prestem muita atenção nisto!! De verdade!! Autorização! E Crédito suplementar!!)
- AUTORIZAÇÃO para a realização de operações de crédito, AINDA QUE por ARO! (Outra exceção que as bancas adoram, mais uma vez tem-se autorização!! E Ainda que por ARO!!)

Não afetação das receitas – Todas as receitas orçamentárias devem ser recolhidas ao caixa única do tesouro, sem qualquer vinculação em termos de destinação. As exceções deste princípio são várias:

- FPM (Fundo de participação dos municípios), FPE (Fundo de participação dos Estados),
- Recursos destinados à saúde
- FUNDEF

- Administração tributária
- Prestação de garantia às operações de crédito por ARO
- Prestação de contragarantia à União

Discriminação (Especialização) – A LOA não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras. Exceções:

- Investimento em regime de execução especial
- Reserva de contingência

Anualidade – Orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, usualmente um ano. Exceções – Créditos extraordinários e especiais com vigência plurianual (ATENÇÃO, que não inclui o suplementar!!!!)

Orçamento Bruto – Todas as parcelas da receita e da despesa devem aparecer no orçamento em seus valores brutos, SEM qualquer tipo de dedução!!

Equilíbrio – Acredito que seja um dos mais fáceis! Deve existir equilíbrio, contabilmente, entre os valores da receita e da despesa. Sem exceções!!

Clareza – Também de fácil compreensão, o orçamento deve ser apresentado de forma clara e compreensível a todas as pessoas que necessitam manipulá-la

Legalidade – Acredito que não tenhamos dificuldade nisto, a arrecadação de receitas e execução de despesas deve ser precedida de expressa autorização do poder LEGISLATIVO

Por hoje, é isto! Não é um assunto tão extenso! E será abordado com mais detalhamento na aula de estrutura conceitual, mas com os dados aqui presente já são fundamentais para compreensão futura dos conteúdos.

E fiquem atentos aos estágios da receita pública, é um assunto tranquilo e costuma cair nas provas, podemos ver que em 2017 caiu em quatro oportunidades.

O CESPE adora cobrar os princípios orçamentários!! Foram 16 cobranças efetuadas pelo CESPE no ano de 2017!! Foi cobrado tanto o significado, as exceções, fiquem atentos!! Chance grande continuar caindo nas provas!!

5 – QUESTIONÁRIO DE REVISÃO ELABORADO POR MIM (SOMENTE PERGUNTA)

1) (V ou F) Considere uma estatal seja dependente, ela pode aplicar facultativamente a contabilidade aplicada ao setor público

2) (V ou F) Contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público

3) (V ou F) Autarquia, por ser da administração indireta, é facultativo a aplicação da contabilidade aplicada ao setor público

4) (V ou F) O objetivo da contabilidade pública é o patrimônio público

5) (V ou F) Todas as receitas públicas passam por todas os estágios da receita pública

6) (V ou F) A Arrecadação da receita pública é o estágio que se refere ao procedimento de transferência do valor recebido à conta especifica do tesouro

7) (V ou F) Segundo o princípio orçamentário da exclusividade, é correto afirmar que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas.

8) (V ou F) É previsto que, conforme princípio da anualidade, o Orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, usualmente um ano excetuado crédito extraordinários e suplementares com vigência plurianual

6 – QUESTIONÁRIO: PERGUNTAS COM RESPOSTAS

1)(V ou F) Considere uma estatal seja dependente, ela pode aplicar facultativamente a contabilidade aplicada ao setor público

Falso, Pegadinha clássica! Estatal dependente é obrigatório, estatal independente é facultativo

2)(V ou F) Contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público

Verdadeiro, exatamente como definição

3)(V ou F) Autarquia, por ser da administração indireta, é facultativo a aplicação da contabilidade aplicada ao setor público

Falso, autarquia é obrigatória a aplicação da CASP.

4)(V ou F) O objetivo da contabilidade pública é o patrimônio público

Falso, o Objeto da contabilidade é o patrimônio público. O objetivo da contabilidade é fornecer informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos Relatórios Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Lembrando sempre que os RCPGs não são elaborados para atender uma necessidade especifica, mas sim para atender às necessidades dos usuários em geral.

5) (V ou F) Todas as receitas públicas passam por todas os estágios da receita pública

Falso, Algumas receitas não são passíveis de serem previstas, por exemplo: as receitas extraorçamentárias, que são ingressos que não há a possibilidade de ser prevista.

6) (V ou F) A Arrecadação da receita pública é o procedimento de transferência do valor recebido à conta especifica do tesouro

Falso, pois se refere ao estágio do recolhimento. Fiquem atentos para a diferença da arrecadação e do recolhimento, aquilo que gera mais dúvidas.

7) (V ou F) Segundo o princípio orçamentário da exclusividade, é correto afirmar que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas.

Falso, o item se refere ao princípio da universalidade

8) (V ou F) É previsto que, conforme princípio da anualidade, o Orçamento deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, usualmente um ano excetuado crédito extraordinários e suplementares com vigência plurianual

Falso, pois a exceção se dá para créditos extraordinários e especiais, nunca suplementares!!

Espero que tenham gostado, há bastante conteúdo para uma primeira aula, estou aberto para feedbacks!

"Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados."

Luís Kayanoki
luiskayanoki@gmail.com

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Possati, Gilmar. Analista Planejamento e orçamento. Estratégia Concursos.

MCASP, 7ª edição

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.